

Resenha

A esquerda progressista uruguaia: renovação e rupturas

José Pedro Cabrera Cabral¹

cabrera@unoescxxe.edu.br

GARCÉ, A. e YAFFÉ, J. 2004. *La Era Progresista*. Montevideo, Fin de Siglo, 146 p.

A obra de Adolfo Garcé e Jaime Yaffé constitui-se no primeiro estudo, publicado no Uruguai, que teve por objeto de análise a trajetória político-ideológica da esquerda uruguaia, especificamente durante o período de transição vivenciado pela esquerda eleitoral, representada na Frente Ampla. Analisa-a desde a fase sessentista ou tradicional que deu origem à coalizão, em 1971, até a nova esquerda ou a esquerda progressista, que se apresenta como o resultado de um processo de atualização ideológica que culminou, em 1994, com a formação do Encontro Progressista.

Os autores objetivaram estudar a trajetória da Frente Ampla como coalizão formada por diversas organizações políticas e focaram particular atenção no período pós-ditatorial (1985), como ponto de referência para a compreensão das mudanças ocorridas dentro da Frente Ampla, as quais levaram à formação do Encontro Progressista como o representante da nova esquerda nacional: o progressismo. A interrogação do estudo teve, como base, responder: o que é concretamente essa esquerda progressista?

Como fontes documentais, os autores remeteram-se às plataformas programáticas da Frente Ampla e às declarações emitidas a partir de seus diversos congressos ordinários e extraordinários. Esses documentos estendem-se desde a fundação da coalizão, em 1971, passam pelo período autoritário e de posterior recuperação democrática, até 2004, quando a Frente Ampla disputou as eleições nacionais e, pela primeira vez na história nacional, chegou ao Governo da República.

O livro divide-se em quatro capítulos que categorizam os recortes temporais do estudo. Desta forma, o primeiro capítulo intitula-se *La Izquierda Frenteamplista*

¹ Professor da Unoesc Xanxerê (SC). Doutor em História pela Unisinos (RS).

de 1971 a 1984. O segundo, *La Izquierda en Transición* de 1985 a 1994; o terceiro, *La Izquierda Progresista* de 1994 a 2004; e o quarto, *La Izquierda en el Gobierno*. Observe-se que o livro foi publicado em setembro de 2004, um mês antes das eleições nacionais; mesmo assim, as previsões de um iminente triunfo eleitoral – como aconteceu – levaram os autores a pensarem os desafios e dilemas de um Governo progressista no país.

No primeiro capítulo, os autores analisaram os documentos fundacionais da Frente Ampla e as diversas resoluções e comunicados em que a coalizão expressou seus lineamentos programáticos. Os autores estabeleceram uma correlação entre as questões programáticas e a ideologia que permeou a Frente Ampla desde sua fundação, em 1971, até a reabertura democrática, em 1984. Assim, a análise histórica do período de formação da coalizão torna-se inseparável dos fundamentos ideológicos da esquerda da época.

As bases ideológicas da Frente Ampla encontram-se na própria história do movimento operário e dos diversos movimentos populares do país. Assim, a formação da coalizão, em 1971, inscreveu-se no contexto do ideário socialista fortemente influenciado pela Revolução Cubana. Além do forte influxo do pensamento marxista, deve salientar-se também a presença do pensamento libertário, com profunda tradição no seio do movimento operário e as contribuições das correntes *independentistas* das décadas de 1960 e 1970.

No segundo capítulo, foi abordada a transição da esquerda uruguaia (1985-1994), na qual, a partir de um processo lento e gradativo, teve início a “renovação” político-ideológica da esquerda. Este período caracterizou-se por uma série de disputas que provocaram profundas divisões dentro da coalizão; como exemplo, a saída do Partido Demócrata Cristão (1989). A “renovação” foi impulsionada por um setor chamado de *integracionista*, porque defendia a proposta de integrar-se ao sistema político dominante.

O período de transição foi marcado por intensos debates no interior da Frente Ampla. O centro das discussões focou-se na “dicotomia” socialismo – democracia. A partir da derrubada do “socialismo real” e da ascensão do neoliberalismo e da globalização, imprimiu-se, na esquerda uruguaia, um forte discurso moderador, que a levou gradativamente a assumir posturas desmobilizadoras, a abandonar lentamente suas bandeiras clássicas – como o tema da dívida externa e da reforma agrária, entre outros – e a incorporar práticas até então não realizadas pela esquerda no país, dando-se início a um processo de políticas de acordos e alianças em busca da ampliação de seu contingente eleitoral.

No terceiro capítulo, *La Izquierda Progresista* (1994-2004), analisaram o novo cenário político em que a Frente

Ampla, já “renovada”, transformou-se na primeira força política do país. Neste período, constataram um importantíssimo crescimento de seu caudal eleitoral, originado a partir de: a) uma severa crise dos partidos tradicionais; e b) de novas instâncias partidárias e de agrupações dentro e fora da coalizão de esquerda. Estes fatos possibilitaram a adesão à proposta eleitoral da coalizão, por parte de vastos setores da população.

Essa adesão eleitoral – que levou a Frente Ampla ao Governo, nas eleições nacionais de 2004 – foi possibilitada porque as novas políticas de alianças e o novo discurso “renovado” permitiram captar votantes descontentes com os partidos tradicionais (principalmente de centro-direita), visto que o novo discurso renovado não representava mais a proposta de profundas transformações estruturais e, sim, a incorporação da Frente Ampla ao jogo político da democracia liberal. Desta forma, a democracia liberal burguesa, tradicionalmente criticada e até desprezada pela esquerda, passou a ser, para o progressismo, condição indispensável e desejável para um futuro Governo de esquerda.

No quarto capítulo, *La Izquierda en el Gobierno*, os autores analisaram as propostas programáticas da Frente Ampla – Encontro Progressista, para o Governo nacional, apontando para os novos desafios que a esquerda progressista necessitaria abordar. Entre esses novos desafios, os autores assinalaram quatro, em particular: 1) quais seriam as políticas econômicas e sociais do novo Governo?; 2) como se conformariam as relações com a oposição?; 3) como se processaria o tema dos direitos humanos e, particularmente, a questão militar?; e 4) como seriam as relações com o movimento sindical, os setores empresariais e os intelectuais?

Os desafios indicados possuíam a característica de serem considerados prioritários dentro do contexto eleitoral de 2004. Os debates políticos que precederam as eleições focaram-se nessas temáticas. A isso, deve-se acrescentar que a trajetória política da esquerda no Uruguai teve, até o início do processo de renovação ideológica, uma tradição opositora que, geralmente, radicalizaria as questões em pauta. A partir da renovação, essa possível radicalidade começou a se afastar do cenário político frentista e a possibilitar instâncias de “governabilidade” exigidas para a nova fase progressista.

Os autores analisaram também a experiência feita pela coalizão de esquerda na administração da prefeitura de Montevideú, desde 1989, que imprimiu, no seio da Frente Ampla, dois elementos a considerar: por um lado, o fato de que a esquerda deixava seu lugar tradicional de oposição para ocupar o de administrador público; e, por outro lado, essa experiência demonstrava a capacidade de administração que a esquerda possuía até este momento, enormemente questionada por amplos setores políticos no

país. Desta forma, gradativamente, uma experiência no campo governamental foi construída, a qual possibilitou almejar o Governo nacional a partir de outra perspectiva, com base na eficiência da administração municipal.

A modo de considerações finais, os autores assinalaram que o processo de mudanças da esquerda nacional, fundamentalmente o ocorrido ente 1985-1994, configurou a coalizão com um novo perfil dentro do cenário político do país, transformando-a em uma esquerda “gradualista e moderada” e caracterizando-a como um novo partido tradicional. O velho bipartidarismo secular (*blanco e colorado*) culminou sua hegemonia dando passo a uma nova configuração no sistema de partidos: o novo bipartidarismo

passou a ser composto, por um lado, pelo progressismo e, pelo outro, pela coalizão de direita (*blanco-colorada*).

A contribuição da obra para a historiografia uruguaia consiste, por um lado, na possibilidade de suprir a ausência de análises dos diversos processos político-ideológicos vinculados à história recente do país e, por outro lado, na retomada de uma corrente da historiografia nacional que se caracterizou, a partir da década de 1940, por observar distintos fenômenos políticos e ideológicos no contexto do passado recente, na perspectiva da história das idéias e das ideologias. Desta forma, os autores contribuíram para uma análise desde fora do contexto partidário, o que é bastante incomum à historiografia sobre a esquerda uruguaia.